

Falsas simetrias, sequestro discursivo e des-memória em solicitações de censura: o caso da expressão “ideologia de gênero”¹

Nara Lya Cabral SCABIN²
Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão sobre as articulações discursivas implicadas na mobilização da expressão “ideologia de gênero”. Para isso, contextualiza a circulação do termo a partir de episódios recentes e aponta sentidos acionados nesses usos. A partir de aportes da Análise do Discurso, o trabalho discute as possibilidades de se pensar a tomada da expressão em foco sob a ótica da interdiscursividade (MAINGUENEAU, 2008) e como forma de “des-memória” discursiva (PAVEAU, 2013). Por fim, aponta que a categoria “ideologia de gênero” se presta a uma espécie de “sequestro discursivo” e integra estratégias argumentativas recorrentes em discursos que procuram justificar ações de caráter censório na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; virada conservadora; censura; interdiscursividade; des-memória.

Introdução

Construídas – mas nunca fixadas – culturalmente, as identidades constituem-se no interior das fronteiras que marcam as diferenças – lugares, como aponta Hall (1997), de potenciais contestações dos sentidos, isto é, de *políticas de identidade*.

Quando os padrões de representações não são vividos, por diversos grupos sociais, como capazes de *representá-los*, podem emergir reivindicações de definições alternativas que proponham novos conjuntos de representações. Isso pode levar à contestação da autoridade cultural das representações já apresentadas e ao surgimento de um foco diferente de identificação – ou seja, uma nova “política de identidade”.

Como aponta Hall (1994), a emergência das chamadas “políticas de identidade” são um fator decisivo em um complexo contexto de reestruturação das relações de produção e dos modos de ação política característicos da modernidade. Para o autor, políticas de identidade devem ser assim entendidas à luz da “centralidade da cultura na

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP e Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi (UAM). E-mail: naralyacabral@yahoo.com.br.

constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social” (HALL, 1997, p. 23).

Esses dados participam do que Nancy Fraser (2006) denomina como um “novo imaginário político”, em que a luta por reconhecimento torna-se a forma paradigmática de conflito político. Essas demandas em nome do “reconhecimento da diferença” alimentam as lutas de grupos articulados em torno de eixos identitários, tais como etnia, gênero e sexualidade. Nestes conflitos “pós-socialistas”, segundo a autora, lutas pelo reconhecimento caracterizam-se por buscar chamar a atenção para a especificidade de algum grupo – ou, nas palavras da autora, criar essa especificidade “performativamente” – a fim de afirmar seu valor. Assim, propostas *afirmativas* e *transformativas*, no discurso político de reconhecimento e no âmbito do multiculturalismo, buscam compensar a discriminação pela valorização de identidades discriminadas (propostas afirmativas) ou desconstruir oposições binárias e subverter a estrutura cultural-valorativa que se encontra na base da discriminação (propostas transformativas).

Uma importante força motriz dos deslocamentos epistemológicos que estão na base de tais reconfigurações políticas, epistemológicas e discursivas são os impactos do feminismo, “tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social” (HALL, 2019, p. 27). Como parte dos “novos movimentos sociais” que emergem nos anos 1960, o feminismo favorece os deslocamentos no conhecimento e na ação política que se configuram na contemporaneidade porque, naquele momento, trouxe à tona questionamentos sobre a clássica divisão entre o “público” e o “privado” e enfatizou, como temática política e social, a forma como somos produzidos como sujeitos gendricados, politizando a subjetividade.

Segundo os alicerces teóricos que guiam este trabalho, é preciso destacar a discursiva do “gênero”, entendido como categoria não apenas organizadora, mas também geradora de discursos; categoria cristalizadora de posições enunciativas e, como tal, tópico estratégico à negociação de identidades discursivas e disputas em torno dessas identidades. Nesse sentido, não apenas gênero como também sexualidade se apresentam como categorias discursivas fortemente medidas/tradutoras de sentidos e posições enunciativas.

Uma evidência dessa centralidade está no destaque conferido a pautas identitárias, especialmente de gênero e sexualidade, como um dos principais objetos aos quais se opõe o fenômeno em escala global que pesquisadores têm denominado como

“virada conservadora”. Em um cenário fortemente polarizado, parece-nos significativo o fato de que a *Folha de S. Paulo*, ao se inspirar no exemplo de *New York Times* quando este jornal fundou uma “Editoria de Gênero”, tenha dado à nova editoria criada em 2019 o nome de “Editoria de Diversidade”³ – título menos *marcado* discursivamente do que a nomenclatura adotada pelo veículo estadunidense.

O recente fortalecimento de setores conservadores em diversos países é discutido na teoria do *cultural backlash* (NORRIS, INGLEHART, 2019), que diz respeito a uma reverberação de discursos que emergem como resposta ao novo ordenamento social construído desde fins do século XX. Esse novo arranjo social reflete demandas de pautas progressistas, que incluem a valorização da diversidade, lutas por ampliação dos direitos de grupos minoritários e a defesa das possibilidades de expressão dos sujeitos. Defendendo a volta de um desenho social anterior, a “virada conservadora” ganha força no início do século XXI, especialmente na década de 2010, vinculando-se a uma percepção, por parte dos grupos dominantes, de perda de hegemonia frente ao avanço das lutas identitárias e dos movimentos em defesa dos direitos das minorias⁴.

No Brasil, uma manifestação desse tipo de reação que adquiriu grande projeção no debate público midiático dos últimos anos é a que se dirige contra políticas de identidade de gênero e sexualidade acusando-as de serem promotoras de uma suposta “ideologia de gênero”. A expressão comparece em discursos em circulação⁵ nos campos midiático, religioso e político, impulsionados pelo presidente brasileiro Jair Bolsonaro, que, em seu discurso de posse, declarou que libertaria o país do “socialismo” e do “politicamente correto” e combateria a “ideologia de gênero” (FOLHA DE S. PAULO, 01/01/2019). Além disso, tem sido encampada em projetos de lei que tentam restringir a liberdade de expressão em diversos âmbitos da vida social, a exemplo de leis municipais, consideradas inconstitucionais em 2020 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que proibiam abordagens sobre identidade e diversidade e gênero em escolas.

³ Anunciada em 5 de maio de 2019, o objetivo da editoria, segundo o diretor de redação Sérgio Dávila, é analisar matérias já publicadas, verificando quais foram as fontes ouvidas (se, entre elas, havia apenas pessoas heterossexuais e brancas, por exemplo), sugerir fontes para novas pautas e incentivar a diversidade no processo de contratação de profissionais (FOLHA DE S. PAULO, 28/04/2019, *online*).

⁴ Uma consistente análise sobre os contornos desse fenômeno no contexto brasileiro foi apresentada por Bruna Silveira e Pedro Camelo (UFMG) na 42ª edição do Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), realizado entre 2 e 7 de setembro de 2019 na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém. Para consultar as análises apresentadas pelos pesquisadores, ver: SILVEIRA; CAMELO, 2019.

⁵ Dialogamos aqui com o conceito de Patrick Charaudeau, para que o discurso circulante diz respeito a “uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados” (CHARAUDEAU, 2010, p. 118).

Neste artigo, propomos refletir sobre as articulações discursivas implicadas em usos do termo em questão, apontando que ele se presta a uma espécie de “sequestro discursivo” e integra estratégias argumentativas recorrentes em discursos que procuram justificar ações de caráter censório na contemporaneidade. A próxima seção do trabalho é dedicada a uma contextualização da circulação da expressão “ideologia de gênero” no debate público e no apontamento de sentidos acionados em sua mobilização⁶. Em seguida, invocamos conceitos da Análise do Discurso para compreender o tipo de estratégia discursiva acionada em tomadas da categoria em foco no campo político, destacando especialmente a proposta de Dominique Maingueneau (2008) para o exame da interdiscursividade, perspectiva a partir da qual consideramos a circulação da expressão “ideologia de gênero” em sua constituição discursiva.

“Ideologia de gênero”: censura, circulação e efeitos discursivos

Em 2020, quatro decisões unânimes do Supremo Tribunal Federal (STF) definiram como inconstitucionais iniciativas dos municípios de Novo Gama, Foz do Iguaçu, Ipatinga e Cascavel que tentavam proibir abordagens sobre identidade de gênero em espaços escolares.

No dia 24 de abril, uma decisão da Corte apontou a inconstitucionalidade de uma lei de 2015 de Nova Gama, município de Goiás, que proibia a distribuição de materiais didáticos com conteúdos sobre “ideologia de gênero” nas escolas. Em 8 de maio, decisão semelhante foi aplicada a parte de uma legislação de 2018 de Foz do Iguaçu, no Paraná, que proibia práticas de ensino, materiais e atividades escolares que tentassem “aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual” (CABRERA, 15/05/2020, *online*). No dia 12 de maio, poucos dias após a derrubada das leis pelo STF, o presidente da República Jair Bolsonaro declarou a apoiadores, em frente ao Palácio do Alvorada, que sua equipe providenciaria um projeto de lei federal que proíba, a ser apresentado com urgência constitucional, para proibir a “ideologia de gênero” (COLETTA, 11/05/2020, *online*).

Já em dia 26 de junho, uma decisão do STF considerou inconstitucional um artigo do Plano Municipal de Cascavel, também no Paraná, do ano de 2015, que vedava a “adoção de políticas de ensino que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo

⁶ Para tanto, referimo-nos a episódios recentes envolvendo a circulação da expressão na esfera pública midiática, recuperados, principalmente, a partir da cobertura da *Folha de S. Paulo*, jornal que tem realizado uma ampla e crítica cobertura sobre os usos da expressão no campo político.

‘gênero’ ou ‘orientação sexual’” (SALDAÑA, 13/07/2020, *online*). Além dessas decisões, o STF ainda analisa onze ações que questionam legislações similares, segundo reportagem de 13 de julho de 2020 da *Folha de S. Paulo*. A mesma matéria também destaca que, de 2014 a 2019, o Movimento Professores Contra o Escola Sem Partido identificou 245 projetos de lei pelo Brasil com conteúdos que buscam limitar a liberdade de expressão do professor em sala de aula.

As decisões do Supremo Tribunal Federal, em todas as ocasiões, destacaram que os municípios não poderiam interferir nos planos nacionais de educação, bem como que as proibições municipais violavam os direitos à igualdade, à educação e à liberdade de expressão. No caso da legislação de Novo Gama, a decisão do ministro Alexandre de Moraes, apontada pela Corte, afirmou que a lei representava “o silêncio, a censura e, de modo mais abrangente, o obscurantismo”. No caso de Foz do Iguaçu, a decisão da ministra Cármen Lúcia ressaltou o prejuízo representado pela lei ao cotidiano de professores e estudantes em “seu direito ao saber” (CABRERA, 15/05/2020, *online*).

Impulsionado por grupos bolsonaristas, o combate a abordagens de gênero nas escolas ganhou força também com o Movimento Escola Sem Partido, criado em 2004 para combater uma suposta “doutrinação de esquerda” pelos professores nas escolas. Não obstante, o termo “ideologia de gênero” teria aparecido pela primeira vez em 1998, em um documento da Conferência Episcopal do Peru. Em 2000, a expressão ressurge em documento da Cúria Romana e, em 2003, em um amplo texto da Igreja Católica sobre o tema intitulado “Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas” (SALDAÑA, 13/07/2020).

No Brasil, ações antigênero parecem ganhar projeção pública a partir da cobertura midiática de ações articuladas entre os campos político e religioso. Em 2011, o governo de Dilma Rousseff vetou a distribuição de material escolar do Projeto Escola Sem Homofobia diante das acusações de que o constituiria um “kit gay”. Em 2012, o então deputado Jair Bolsonaro, em entrevistas, denominou como “Seminário LGBT Infantil” o Seminário LGBT no Congresso Nacional – Respeito à Diversidade se Aprende na Infância: Sexualidade, Papéis de Gênero e Educação na Infância e na Adolescência. Em 2014, foi suprimida do Plano Nacional de Educação (PNE) e de planos estaduais e municipais a meta que buscava superar desigualdades educacionais “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (SALDAÑA, 13/07/2020).

Discursos em circulação dirigem-se não apenas contra a existência de uma suposta “ideologia de gênero”, mas também contra a própria palavra “gênero” (Figura 1), entendida como manifestação e evidência daquela “ideologia”. Obviamente, contrapõem-se também ao reconhecimento da dimensão subjetivadora dos gêneros como construtos socioculturais. Sabendo que palavras representam pontos de cristalização semântica de discursos – e, graças à competência discursiva⁷, podem ser assim percebidas pelos sujeitos discursivos (MAINGUENEAU, 2008) –, trata-se de um posicionamento metonímico que se opõe à própria percepção, que emerge nas ciências humanas desde os anos 1970, acerca da opacidade do gênero: como se, ao apropriar-se do conceito e caricaturá-lo, se buscasse negar também o campo por ele iluminado.



Figura 1. Cartaz em protesto contra a “ideologia de gênero” em frente à Câmara de São Paulo por ocasião da votação do Plano Municipal de Educação, em 2015. Fonte: Folha de S. Paulo/Folhapress.

Ao mesmo tempo, como a figura acima evidencia, os termos “gênero” e “ideologia de gênero” não raramente são acionados em manifestações discursivas de grupos conservadores como elemento identificado com a “esquerda” e o “comunismo”. Outro elemento significativo, nesse sentido, das tomadas que se fazem sobre a expressão “ideologia de gênero” em discursos circulantes, sobretudo nos campos político e religioso, é a ausência de identificação precisa de agentes ou instituições que seriam responsáveis por sua implantação. Em outras oportunidades, identificamos articulação discursiva similar a propósito da circulação da categoria “politicamente correto” (SCABIN, 2018).

⁷ Dominique Maingueneau (2008) formula o conceito de “competência discursiva” de modo a integrar a dimensão histórica a uma noção cognitiva e reposicionar o papel do sujeito nos fenômenos discursivos. A partir desse conceito, reforça-se a possibilidade de se analisar o que *pode ser dito*, e não apenas do que de fato *foi dito*, a partir da análise de uma formação discursiva, em seus aspectos semânticos próprios. O autor, nesse sentido, defende a hipótese de que os discursos são inscritos sócio-historicamente, inscrição essa que passa por um sistema de restrições semânticas globais que caracteriza cada formação discursiva.

Para além, é claro, da inexistência material de grupos ou instituições que se identifiquem como defensores ou porta-vozes da “ideologia de gênero”, inclusive no campo da educação⁸, esse dado implica em uma estratégia discursiva que deve ser assinalada: ao não precisar de onde parte e onde se concretiza a suposta “ideologia de gênero”, um efeito de sentido dos discursos circulantes que a denunciam são a “generalização” e a “dissolução” de sua presença. Em outros termos: se a “ideologia de gênero” está em toda parte, o combate ao “inimigo comum” requereria uma posição permanentemente vigilante dos defensores da “moral” e da “família”.

No caso dos projetos de lei derrubados pelo STF em 2020, sabemos que a expressão “ideologia de gênero”, pelo contexto em que é empregada, refere-se a discussões conduzidas em contexto escolar. Não obstante, não fica claro o que, exatamente, caracterizaria tais discussões ou que tipos de abordagens poderiam ser considerados expressões de uma “ideologia de gênero”. A Lei n.º 1.516/2015, de Nova Gama, por exemplo, emprega quatro vezes a expressão e, em nenhuma delas, há um aposto explicativo ou qualquer outro recurso que descreva as expressões passíveis de serem classificadas como “ideologia de gênero”. A lei refere-se apenas à proibição de “material com informação de ideologia de gênero nas escolas municipais de Nova Gama” e “materiais que fazem menção ou influenciam ao aluno [sic] sobre a ideologia de gênero” (PREFEITURA DE NOVO GAMA, 2015, *online*).

Nesse tipo de articulação discursiva, portanto, não se reconhece o caráter disputado e não consensual da expressão em questão. Para além de evidentes indeterminação e abertura semânticas, tais ocorrências mobilizam, como sentido pressuposto, a ideia de que o termo “ideologia de gênero” seria amplamente conhecido e utilizado socialmente, inclusive no contexto ao qual se dirige o instrumento legal, isto é, o ambiente escolar e os debates educacionais. Procura-se fazer pressupor-se, em outros termos, que a expressão corresponde a um referente claro e consensualmente aceito. Enquanto efeito discursivo, opera-se uma objetivação da “ideologia de gênero”.

A partir do conhecimento sobre o contexto educacional brasileiro e as diretrizes educacionais às quais ações como a Lei n.º 1.516/2015 de Nova Gama, acima citada, opõem-se, pode-se imaginar que “ideologia de gênero”, em casos como esse, refira-se a abordagens sobre identidade de gênero, tolerância e diversidade. No entanto, a

⁸ Como aponta reportagem de 12 de maio de 2020 do jornal *Folha de S. Paulo*, “a expressão [ideologia de gênero] não é reconhecida no universo educacional. É usada por grupos conservadores e religiosos contrários ao debate sobre diversidade sexual e identidade de gênero” (COLETTA, 12/05/2020, *online*).

indeterminação semântica do termo possibilita o enquadramento de uma diversidade de ações e temáticas sob a rubrica em questão. Em sentido amplo e nos diversos contextos em que é acionada, a expressão parece ensejar o combate a qualquer expressão de subjetividades sexualmente desviantes em relação a um padrão heterocentrado. Ao denunciar o caráter ideológico da “ideologia de gênero”, o termo reivindica uma naturalidade e uma neutralidade (ficcionalis) para o lugar a partir do qual é enunciado, a saber, o lugar de um entendimento binário sobre o sexo biológico enquanto forma de normatização das sexualidades possíveis, materializando-se nas tecnologias de gênero que tornam possíveis tais normatividades (LAURETIS, 2019).

Ao lado dos sentidos de generalização e neutralidade e do efeito de objetivação da “ideologia de expressão” promovidos pela circulação da expressão, cabe destacar mais um aspecto aqui: a ausência de reconhecimento, por parte do campo científico (entendido aqui em sentido amplo, em suas diversas áreas e disciplinas), em relação à existência de uma “ideologia de gênero” enquanto fenômeno sócio-cultural-político e em relação à própria coerência conceitual do termo. Trata-se de um dado que tem sido constantemente publicizado no debate público midiático. Drauzio Varella, por exemplo, em coluna de 15 de setembro de 2019 para a *Folha de S. Paulo*, escreve: “Como nunca vi esse termo [“ideologia de gênero”] mencionado em artigos científicos nem nos livros de psicologia ou de qualquer ramo da biologia, fico confuso”. Mais adiante, afirma que o que os defensores da expressão esperam é a “repressão do comportamento homossexual que, sei lá por que tormentos psicológicos, lhes causa tamanho horror” (VARELLA, 15/09/2019, *online*).

Para Judith Butler, em texto produzido após os ataques que sofreu durante visita ao Brasil em 2017, a ideia de que existiria uma “ideologia de gênero” nasce da transformação de uma teoria de gênero em uma “ideologia diabólica”, um “espectro simbólico de caos e predação sexual”, cuja genealogia remete a discursos religiosos:

Em 2010, o argentino Jorge Scala lançou um livro intitulado “La Ideologia de Género”, que foi traduzido ao português por uma editora católica [Katechesis]. Esse pode ter sido um ponto de virada para as recepções de “gênero” no Brasil e na América Latina.

De acordo com a caricatura feita por Scala, aqueles que trabalham com gênero negam as diferenças naturais entre os sexos e pensam que a sexualidade deve ser livre de qualquer restrição. Aqueles que se desviam da norma do casamento heterossexual são considerados indivíduos que rejeitam todas as normas (BUTLER, 19/11/2017, *online*).

Apontar essa relação do campo científico com o termo “ideologia de gênero” é relevante porque, como afirma Butler, o que a expressão faz é produzir uma “caricatura” de conceitos, teorias e debates acadêmicos, especialmente aqueles dos Estudos de Gênero, enquanto campo disciplinar, mas não apenas: todos os usos do de “gênero” como categoria analítica são postos sob suspeita. Em outras palavras, a mobilização da expressão empreende um “diálogo” com discursos do campo científico e, nesse movimento, interpela-os e convoca-os a se justificarem para um público geral, isto é, um público de “não-peritos”, “não-pares” (vide, por exemplo, os comentários de especialistas publicados em uma mídia jornalística, conforme citados acima). Para compreender os termos em que se estabelece essa relação, examinamos, a seguir, os diferentes níveis possíveis de materialização da interdiscursividade.

Dos níveis de interdiscursividade: falsa simetria e simulacro do simulacro

Em *Gênese dos discursos* (2008), o linguista francês Dominique Maingueneau formula sua hipótese sobre o *primado do interdiscurso*: a heterogeneidade, para o autor, é constitutiva do discurso e vincula, de modo inseparável, o Mesmo do discurso e seu Outro. Nessa perspectiva, os discursos não nascem de maneira independente e não se trata de serem postos por circunstâncias variáveis posteriormente em relação; ao contrário, os discursos já nascem em relação com os outros – ou, de modo mais específico, com o seu Outro. É da *alteridade* que o discurso extrai sua *identidade*.

Embora afirme sua filiação à perspectiva desenvolvida no âmbito do Círculo de Bakhtin⁹, Maingueneau (2008) ressalta o caráter restrito do quadro em que opera, dado pela delimitação de um quadro metodológico e de um domínio de validade mais estritos à concepção do princípio dialógico do discurso. A fim, portanto, de delimitar de modo mais preciso o conceito de interdiscurso e afirmar a especificidade de sua proposta, o autor diferencia os três componentes da interdiscursividade: *universo discursivo*, *campos discursivo* e *espaço discursivo*.

⁹ A nomenclatura “Círculo de Bakhtin” corresponde à forma como tem sido chamada a perspectiva teórica compartilhada pelos pensadores russos Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pável N. Medviédev; adotamos aqui essa nomenclatura dado seu vasto uso entre trabalhos de Ciências da Linguagem, embora a existência formal do Círculo e a liderança daquele de que deriva seu nome, como aponta Sheila Grillo (2012), já tenham sido vastamente questionadas. Em todo caso, o uso da denominação “Círculo de Bakhtin” se justifica como forma de referência à reconhecida convergência entre os trabalhos dos três autores e, também, como forma de lidar com a controvérsia em torno da autoria das principais obras desses pensadores.

Por “universo discursivo”, Maingueneau (2008) refere-se ao “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada”. Ainda que não possa ser apreendido em sua totalidade, trata-se de um “conjunto finito” e, em geral, pouco útil ao analista do discurso, definindo apenas uma “extensão máxima”, um dado “a partir do qual serão construídos os domínios suscetíveis de ser estudados, os ‘campos discursivos’”. Este segundo conceito, por sua vez, corresponde a um “conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2008, pp. 33-34). A ideia de “concorrência”, nesse sentido,

[...] deve ser entendida da maneira mais ampla; ela inclui tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc.... entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. Pode-se tratar do campo político, filosófico, dramático, gramatical etc. (MAINGUENEAU, 2008, p. 34).

A partir da definição de campo discursivo e suas implicações, o autor aponta a necessidade de se delimitar o conceito de *espaço discursivo*:

É-se então conduzido a isolar, no campo, *espaços discursivos*, isto é, subconjuntos de formações discursivas que o analista, diante de seu propósito, julga relevante pôr em relação. Tais restrições são resultado direto de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico, que serão em seguida confirmados ou infirmados quando a pesquisa progredir (MAINGUENEAU, 2008, pp. 34-35, grifos do autor).

Seguindo essa hipótese, Maingueneau (2008) debruça-se sobre o espaço discursivo polêmico entre duas formações discursivas. Diferentemente do que possa parecer ao primeiro olhar, as polêmicas explícitas não são um sintoma seguro, de modo que a relação constitutiva é perceptível por poucos índices na superfície textual. Portanto, para que seja possível mapear de modo preciso um *espaço discursivo*, é preciso considerar os “fundamentos semânticos do discurso”.

Reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro*. No nível das condições de possibilidade semânticas, haveria, pois, apenas um espaço de trocas e jamais de identidade fechada. Esse ponto de vista vai na direção contrária à adotada espontaneamente pelos enunciadores discursivos; estes, longe de admitir esse descentramento radical, reivindicam, de fato, a autonomia de seu discurso (MAINGUENEAU, 2008, p. 36, grifos do autor).

Estudando a interação entre discursos de um mesmo espaço discursivo, o autor aponta a própria condição de possibilidade das posições enunciativas como derivada de um processo de *interincompreensão* generalizada, definida pela rede de interação semântica do espaço em questão. Segundo essa concepção, não há dissociação entre o fato de um enunciador produzir enunciados de acordo com as regras da formação discursiva em que se situa e a impossibilidade de compreender os enunciados de seu Outro: trata-se, ao contrário, das duas faces de um único fenômeno. Uma vez que “a cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema”, um discurso só pode enunciar sobre seu Outro nos termos de um simulacro (MAINGUENEAU, 2008, pp. 100-101).

De volta à “ideologia de gênero”, um primeiro olhar animado pelas considerações de Maingueneau (2008) talvez possa enxergar na expressão a constituição de uma espécie de “tradução” ou “simulacro” – nos termos propostos pelo autor para descrever a interação no espaço discursivo – das teorias de gênero. Não obstante, uma análise mais acurada mostra que tal olhar não se sustenta – e por diversos motivos. Ainda assim, acreditamos que a aparência de um “simulacro” ou “tradução” em relação a discursos acadêmico-científicos que é assumida pelos discursos que encampam a expressão “ideologia de gênero” seja significativa.

Quanto às razões que evidenciam a insustentabilidade de se considerar a “ideologia de gênero” como “simulacro” das teorias de gênero, um primeiro motivo, mais evidente, diz respeito ao fato de estarmos tratando de fenômenos discursivos situados em campos discursivos distintos. Evidentemente, os discursos que denunciam uma suposta “ideologia de gênero” não apenas não nascem de posições enunciativas do campo científico, como não são reconhecidos como válidos pelas posições desse campo. Dessa forma, não referimo-nos aqui a uma problemática própria do espaço discursivo. Esse dado é fundamental porque, quando falamos de campos distintos, relações polêmicas entre discursos não parecem capazes de revelar o tipo de simetria que vemos no espaço discursivo, já que falamos de condições de produção e legitimação discursivas frequentemente distintas entre si. Dito de outro modo: a “ideologia de gênero” não é o Outro das “teorias de gênero”. Mas, de alguma forma, sua mobilização em discursos circulantes *quer fazer parecer que é*.

Ao acionar palavras que remetem a dois conceitos específicos e complexos das ciências humanas e sociais – *ideologia* e *gênero* –, os discursos articulados em torno da denúncia (e, portanto, reconhecimento) da existência de uma “ideologia de gênero” pretendem simular sua inscrição em uma discursividade particular, de caráter científico-acadêmico – inscrição esta que, obviamente, não passa de efeito de sentido. Assim, o que se produz, como efeito discursivo, é a ilusão de que, ao denunciar a “ideologia de gênero”, certos discursos em circulação compreendem, debatem e contestam os conceitos de *ideologia* e, principalmente, de *gênero* a partir do mesmo regime de verdade do qual estes últimos emergiram. Ao mesmo tempo, esses discursos em circulação pretendem colocar-se em uma posição superior à do próprio campo teórico-conceitual porque seriam capazes de enxergar nele (através dele) distorções (ideológicas) das quais estariam livres.

Assim, a circulação da expressão “ideologia de gênero” se dá em um quadro de estratégias discursivas que buscam emular uma “simetria” em relação a discursos do campo científico em que o conceito de gênero é mobilizado. Em outras palavras, esses discursos apresentam-se como uma alternativa ao que apontam como “ideologia de gênero” (ou seja, as próprias teorias de gênero), um contraponto, o outro lado. Essa falsa simetria tanto legitima os discursos que denunciam a “ideologia de gênero” quanto produz uma incompreensão acerca do conceito de gênero, em sua historicidade e abordagens nas ciências humanas e sociais.

Por isso, mais do que constituir um simulacro nos termos descritos por Maingueneau (2008) – o que pressuporia, como já apontamos, posições enunciativas inscritas em um espaço discursivo no interior do mesmo campo –, a emergência da categoria “ideologia de gênero” constitui antes um “simulacro do simulacro”, a simulação de um simulacro ou, ainda, a produção de um *efeito de sentido* de simulacro. Dessa forma, discursos que denunciam a suposta existência de uma “ideologia de gênero” buscam impregnar-se da própria historicidade ou estoque discursivo que integra o conceito de “gênero” e os estudos acadêmicos que sobre ele se debruçam.

Ao deslocar os sentidos de “gênero” por meio de um sequestro de sua memória discursiva, os discursos que mobilizam a expressão “ideologia de gênero” operam no sentido do que Marie-Anne Paveau (2013, p. 156) denomina como “des-memória discursiva”, isto é, “um conjunto de fenômenos de desligamento das lembranças e inserções dos nomes no fio memorial do discurso”. Há diferentes tipos de processos a

serviço da des-memória que atuam sobre elementos ligados aos sentidos e ao referente das palavras. No caso de “ideologia de gênero”, o que ocorre é uma desancoragem de conceitos formulados em discursos teóricos (ideologia e, mais centralmente, gênero) em relação a seu contexto referencial de origem. Nesse sentido, pode-se considerar que a expressão realiza uma “revisão de linhagens discursivas” (PAVEAU, 2013, p. 157) que permite transferências semânticas e culturais por meio de tecnologias discursivas (os textos legais, por exemplo).

Considerações finais

Considerando as reflexões desenvolvidas ao longo do artigo, referimo-nos aos discursos circulantes que denunciam a existência de uma “ideologia de gênero” como articuladores de uma espécie de “sequestro discursivo”: não se trata do Mesmo e do Outro de um discurso ou de formações discursivas que se delimitam reciprocamente ou de uma relação de concorrência no campo discursivo; o que temos são discursos em circulação que compõem uma reação político-religiosa institucionalizada e orquestrada contra discursos teórico-conceituais (as teorias ou o conceito de gênero), procurando deslegitimá-los a partir de posições externas ao próprio campo.

É, no entanto, justamente a partir dessa falsa simetria que os discursos que denunciam a “ideologia de gênero” procuram credibilizar-se, já que, ao apontar a “ideologia” materializada alhures, colocam-se como lugar “não-ideológico”, isto é, lugar uma de suposta “neutralidade” e, por conseguinte, de materialização da “verdade”. Ao mesmo tempo, essa articulação discursiva é reforçada pelos efeitos de sentido de generalização e objetivação que, conforme procuramos descrever, caracterizam a mobilização e circulação da expressão “ideologia de gênero”.

Entendemos que o acionamento da expressão “ideologia de gênero” promove a produção de uma des-memória (PAVEAU, 2013) dos conceitos tanto de “ideologia” quanto de “gênero”, realizada por meio de uma desancoragem e revisão de linhagens discursivas oriundas de contextos teórico-conceituais. Parece-nos importante considerar também que esse tipo de operação semântico-discursiva beneficia-se do atual ambiente de desinformação generalizada que ganha força na esteira da “pós-verdade”, isto é, um conjunto de circunstâncias em que crenças e convicções pessoais assumem peso mais decisivo na formação de opiniões do que evidências e fatos cientificamente respaldados.

Finalmente, convém observar que estratégias discursivas como as que buscamos evidenciar a partir do exame da circulação da expressão “ideologia de gênero” parecem desempenhar papel decisivo no engendramento de argumentos que visam à legitimação de ações de caráter censório na contemporaneidade. Em outras palavras, efeitos discursivos como indeterminação/generalização, objetivação e naturalização, embora não constituam exatamente elementos novos na construção de argumentos favoráveis a práticas de censura, têm sido impulsionados no contexto de crises democráticas e virada conservadora nestas primeiras décadas do século XXI, voltando-se contra as vozes de minorias e todas as vozes dissidentes que lancem luz sobre opacidades constitutivas.

Referências bibliográficas

- BUTLER, Judith. “Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil”. **Folha de S. Paulo**, 19/11/2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml#erramos>>. Acesso em: 07 Out. 2020.
- CABRERA, Cristian González. “Supremo impede intolerância nas escolas brasileiras”. **Folha de S. Paulo**, 20/05/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/05/supremo-impede-intolerancia-nas-escolas-brasileiras.shtml>>. Acesso em: 07 Out. 2020.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.
- COLETTA, Ricardo Della. “Após STF barrar lei municipal, Bolsonaro promete enviar projeto contra ‘ideologia de gênero’”. **Folha de S. Paulo**, 12/05/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/apos-stf-barrar-lei-municipal-bolsonaro-promete-enviar-projeto-contrai-ideologia-de-genero.shtml>>. Acesso em: 07 Out. 2020.
- FOLHA DE S. PAULO. “Folha cria editoria com missão de estimular diversidade em reportagens”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28/04/2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/folha-cria-editoria-com-missao-de-estimular-diversidade-em-reportagens.shtml>>. Acesso em: 30 Set. 2020.
- _____. “Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso”. **Folha de S. Paulo**, 01/01/2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 07 Out. 2020.
- FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista”. Trad. Julio Assis Simões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, pp. 231-239, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>>. Acesso em: 28 Set. 2020.

GRILLO, Sheila Vieira C. “Prefácio. A obra em contexto: tradução, história e autoria”. In: MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-38.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2019.

_____. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. Trad. Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. **Educação & Realidade**, 22(2), pp. 15-46, jul./dez.1997. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoe realidade/article/view/71361>>. Acesso em: 28 Set. 2020.

LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia de gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 121-155.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2008.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. “The cultural backlash theory: eroding the civic culture”. In: NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash: Trump, Brexit and authoritarian populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

PAVEAU, Anne-Marie. “Memória, des-memória, a-memória: quando o discurso volta-se para seu passado”. Trad. Jocilene Santana Prado; Eduardo Lopes Piris. **EI&DA – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 5, p. 137-161, dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/441/446>>. Acesso em: 07 Out. 2020.

PREFEITURA DE NOVO GAMA. **Lei N.º 1.516/2015**. Disponível em: <<https://acessoainformacao.novogama.go.gov.br/legislacao/lei/id=49>>. Acesso em: 07 Out. 2020.

SALDAÑA, Paulo. “Pauta ideológica de Bolsonaro, ‘ideologia de gênero’ sofre derrotas em série no STF”. **Folha de S. Paulo**, 13/07/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/pauta-ideologica-de-bolsonaro-ideologia-de-genero-sofre-derrotas-em-serie-no-stf.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 07 Out. 2020.

SCABIN, Nara Lya Cabral. **Politicamente correto, uma categoria em disputa**. Curitiba: Appris, 2018.

SILVEIRA, Bruna; CAMELO, Pedro. “E se Jesus voltasse como uma mulher trans? Censura e virada conservadora brasileira”. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém, 2019. **Anais...**, São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0799-1.pdf>>. Acesso em: 04 Out. 2020.

VARELLA, Drauzio. “Ideologia de gênero”. **Folha de S. Paulo**, 15/09/2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella/2019/09/ideologia-de-genero.shtml>>. Acesso em: 07 Out. 2020.